



## COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em reais mil)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA é uma empresa pública Municipal de Juiz de Fora, criada pela Lei 7.762/90. Tem como objeto social o estudo, elaboração de projetos e execução de obras relativas à construção, ampliação e remodelação dos sistemas de abastecimento de água potável e de esgoto sanitário, fixar e arrecadar as tarifas decorrentes dos serviços de água e esgoto, taxas e contribuições de melhorias instituídas por Lei, exploração de serviços de água potável e esgoto sanitário.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão em conformidade com a Legislação Societária Brasileira Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos, e os efeitos dos ajustes para o valor de mercado, quando aplicável.

##### b) Aplicações financeiras

Referem-se, basicamente, a aplicações em fundos de investimentos em renda fixa e certificados de depósitos bancários (CDB). Estão demonstradas pelo custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

##### c) Contas a receber

As contas a receber de usuários não consideram multa, juros ou qualquer outra forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos. Não é incluída a parcela a faturar relativa ao consumo de água e serviços de esgoto já realizados, porém ainda não medidos.



**d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Calculada com base no histórico de perdas efetivamente realizadas nos exercícios anteriores, constituída por valor estimado e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber.

As despesas com perdas no recebimento de tarifas são registradas pelo critério fiscal, conforme artigo 9º da Lei número 9.430, de 27/12/96.

**e) Estoques de materiais**

Os estoques de materiais, destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto, bem como aqueles destinados a projetos, estão demonstrados ao custo médio de aquisição, e estão classificados no ativo circulante.

**f) Créditos tributários**

Os créditos tributários são calculados considerando as conseqüências fiscais atuais e futuras, incluindo o reconhecimento de ativo e passivo fiscal diferidos, decorrentes de provisão não dedutível e, também de diferença temporária tributável no futuro, de acordo com a determinação das práticas contábeis adotadas no Brasil.

**g) Imobilizado**

Está demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil dos bens.

**h) Intangível**

Refere-se a gastos de desenvolvimento operacional, são os gastos realizados em rede mista (Pluvial e de Esgoto) em parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora. Está demonstrado a valor de custo, corrigido até 31 de dezembro de 1995, ajustado por amortizações acumuladas calculadas linearmente à taxa de 4% a.a.

**i) Empréstimos e financiamentos**

São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço, acrescidos dos juros respectivos, calculados proporcionalmente, conforme índices contratados com as instituições financeiras. Os juros e variações monetárias foram apropriados como despesas financeiras no resultado do exercício.



**j) Salários e encargos sociais**

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares, quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

**k) Provisão para contingências**

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constitui provisão para contingências, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho desfavorável de processos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais, os quais estão em andamento.

**l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

O imposto de renda, registrado no resultado, é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente – 15% acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social, registrada no resultado, é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

**m) Juros sobre capital próprio**

Os juros a pagar a acionistas calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 foram registrados no resultado do exercício, na rubrica despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações contábeis, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

**n) Uso de estimativas**

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- Provisão para contingências.



#### 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Representadas substancialmente por aplicações de renda fixa (certificados de depósito bancário), emitidas por instituições financeiras de reconhecida liquidez, no valor total de R\$ 12.541 em 2009 (R\$ 4.354 em 2007).

#### 5. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro o saldo das contas a receber era composto por:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<b>No curto prazo</b>		
Usuários dos serviços	12.699	11.967
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.898)	(3.632)
	<u>9.801</u>	<u>8.335</u>

#### 6. ESTOQUE DE MATERIAIS

Os estoques apresentam a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Almoxarifado	3.149	3.415
	<u>3.149</u>	<u>3.415</u>

#### 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
IRRF s/ aplicações	145	313
Pasep	2	5
Cofins	11	52
Antecipação de imposto de renda	135	1.584
Antecipação de contribuição social	46	566
Impostos e Contribuições s/conta água/esgoto	1	1
	<u>340</u>	<u>2.521</u>



## 8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O imposto de renda e contribuição social diferido, os quais são calculados sobre registro de provisão não dedutível e diferença temporária tributável no futuro, em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Imposto de renda diferido	1.016	1.016
Contribuição social diferida	366	366
	<u><b>1.382</b></u>	<u><b>1.382</b></u>

## 9. IMOBILIZADO

A seguir as contas que compõem o ativo imobilizado em 31 de dezembro:

	<b>Taxa anual de depreciação</b>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Bens imóveis:			
Terrenos		1.588	1.581
Edifícios	4%	12.350	12.188
Cessão de Uso		1.985	1.985
Bens móveis:			
Máquinas e equipamentos	10%	8.003	7.581
Móveis e utensílios	10%	396	431
Veículos	20%	3.253	2.655
Direitos de uso	20%	178	141
Bens industriais - Água			
Estações tratamento de água	4%	7.559	7.694
Aduora	4%	12.648	12.648
Rede de água	4%	46.629	43.440
Poços artesianos	4%	988	988
Elevatórias	4%	5.265	5.003
Reservatórios	4%	2.616	2.562
Barragens	4%	866	866
Bens industriais - Esgoto			
Rede de esgoto	4%	26.562	23.315
Estações de tratamento de esgoto	4%	11.560	11.555
Obras em execução		24.654	23.540
Depreciações acumuladas		(83.657)	(80.004)
		<u><b>83.443</b></u>	<u><b>78.169</b></u>



## 10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Contrato	Período (meses)  Início /Fim	Prazo  Vigência/ Carência	Encargos  Juros (a.a.) indexador	2009		2008	
				Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Prosanear 22.181-66	20/12/1999 20/11/2029	360 33	6,00% IGP-DI	102	1.938	38	2.075
Prosaneam 58.169/97	2/3/2002 6/3/2017	180 26	6,50% T.Price	440	3.154	498	3.569
Prosaneam 58.172-08/97	6/3/2011 6/3/2011	120 22	8,00% T.Price	70	0	203	64
Somma 102.886	21/12/2001 21/11/2009	96 24	9,03% IGP-M	0	0	84	0
Somma 104.677/00	21/6/2002 21/5/2010	96 24	8,21% IGP-M	313	0	703	387
Somma 104.680/00	21/6/2002 21/5/2010	96 24	8,21% IGP-M	156	0	334	211
Somma 104.678/00	21/6/2002 21/5/2010	96 24	8,21% IGP-M	63	0	150	69
Somma 104.679/00	21/6/2002 21/5/2010	96 24	8,21% IGP-M	153	0	344	190
Novo Somma 115.734/03	2/11/2005 2/11/2017	144 2	8,00% IGP-M	742	5.257	559	6.050
Prosaneam 161.884-77		120 108	8,00% FGTS	1.143	7.812	1.003	8.413
Ampliação ETA 0182.288-92		240 0	6,00% FGTS	1	5	0	0
				<b>3.183</b>	<b>18.166</b>	<b>3.916</b>	<b>21.028</b>



## 11 . IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Inss	580	529
Irrf	180	167
Fgts	206	173
Pasep	121	80
Cofins	556	370
Senai	3	3
Issqn	32	20
Convenio Sesi	25	22
Convenio Senai	17	14
Csll/Cofins/Pis/Pasep Lei 10833/2003	5	5
Irpj	65	65
Csll	99	17
	<u><u>1.889</u></u>	<u><u>1.465</u></u>

## 12. PARTES RELACIONADAS

A companhia por ser uma empresa pública municipal e estar integrada com as atividades sociais da administração local, realiza transações com outros órgãos e empresas municipais que são absorvidas em suas operações. As transações com partes relacionadas podem ser detalhadas como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<b>No realizável</b>		
Contas a receber	537	1.103
<b>No realizável a Longo Prazo:</b>		
Contas a receber	-	-
- Empréstimos concedidos		
Prefeitura de Juiz de Fora	72	72
Departamento Municipal de Limpeza Urbana -DEMLURB	280	280
<b>No Permanente:</b>		
Bens do imobilizado emprestados		
<b>No Passivo Circulante:</b>		
Juros sobre o capital próprio	2.930	8.223
Dividendos a pagar	774	902



### 13. CEF - PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Em dezembro de 2002, a Companhia firmou compromisso com a Agência Nacional de Águas – ANA, através do qual se comprometeu a construir e operar uma estação de tratamento de esgoto – ETE, com o cumprimento de determinadas metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras.

A construção foi iniciada em 16 de maio de 2003. A obra, concluída, está em funcionamento. O valor aportado pelo PRODES encontra-se depositado em conta bloqueada de investimentos, mantida na Caixa Econômica Federal, que em 31 de dezembro de 2009 monta em R\$ 2.469 (R\$ 2.512 em 2008), apresentado nas demonstrações contábeis como realizável a longo prazo e exigível a longo prazo.

Em 2009 houve a liberação de parte das quotas, presentemente bloqueadas no valor de R\$ 432.109.

### 14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. A companhia não possui contingências provisionadas de natureza ambiental.

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Curto Prazo	600	1.600
Longo Prazo	1.200	1.700
	<u><b>1.800</b></u>	<u><b>3.300</b></u>

### 15. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

A Entidade, em 27/11/2003, assinou contrato Previdenciário junto ao BRADESCO PREVIDÊNCIA E SEGUROS S.A., objetivando a implementação de um plano previdenciário coletivo para seus empregados, regido nos termos do caput 13 da Lei Complementar número 109/2001 e item 4, do Anexo I, da instrução Normativa SPC número 27/01.

O objetivo do plano é complementar os benefícios concedidos pela Previdência Oficial, através do recebimento de contribuições individuais dos participantes (empregados) e da patrocinadora (Cesama).

O montante recolhido pela patrocinadora, a título de contribuição nesse exercício, foi de R\$ 397 (Em 2008 – R\$ 352)





## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) CAPITAL SOCIAL

O capital social, em 31 de dezembro de 2009, é de R\$ 61.000 mil, representado por 61.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O aumento foi decorrente de R\$ 13.776 das Reservas de Capital e da Reservas de Lucros e R\$ 8.223 dos Juros sobre o Capital Próprio.

### b) RESERVA LEGAL

A reserva legal tem sido constituída em conformidade com o art 193 da Lei 6.404/76 e de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

### c) RESERVA PARA PLANOS DE INVESTIMENTOS

Foi transferido dos Lucros Acumulados o montante de R\$ 12.128 para a Reserva para Planos de Investimentos.

### d) DIVIDENDOS

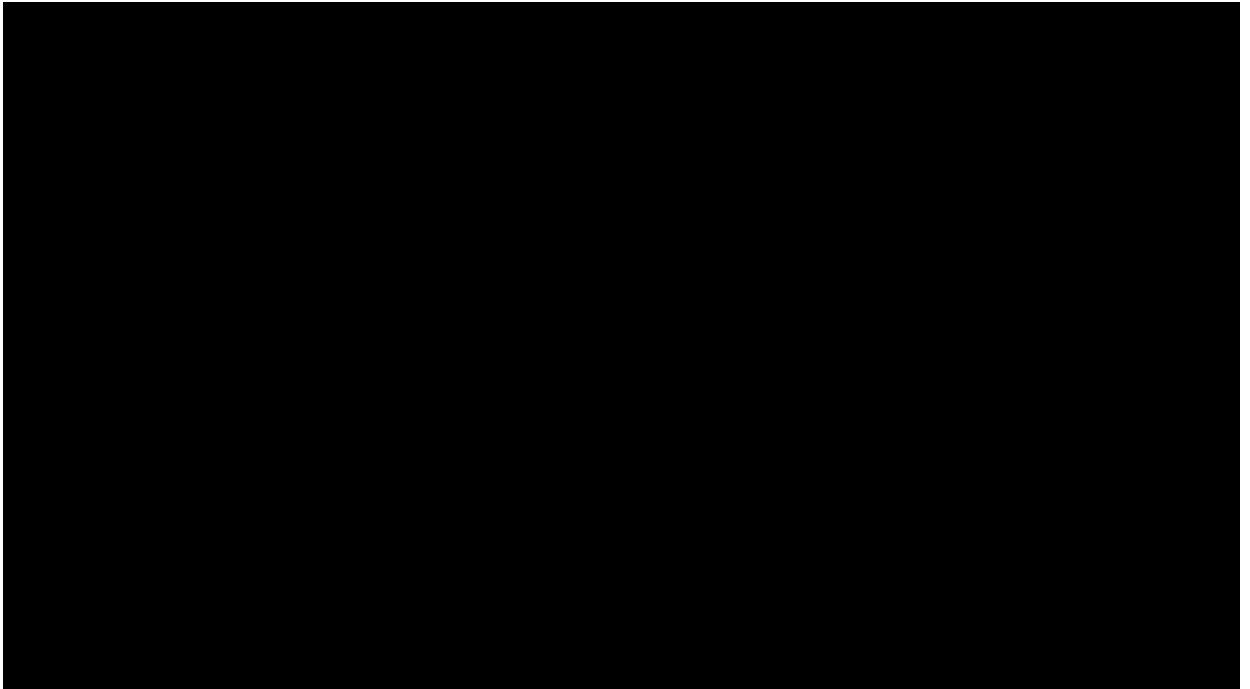
As ações têm direito a dividendos mínimos de 6% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e a título de remuneração do capital próprio.

Para atender a esta disposição estatutária, a Administração entende que os juros sobre capital próprio proposto cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro líquido do exercício	13.581	5.355
(-) Reserva legal (5%)	(679)	(268)
Base de cálculo dos dividendos	<u>12.902</u>	<u>5.087</u>
Dividendos (6%)	<b>774</b>	<b>305</b>
Juros sobre capital próprio	3.333	3.085

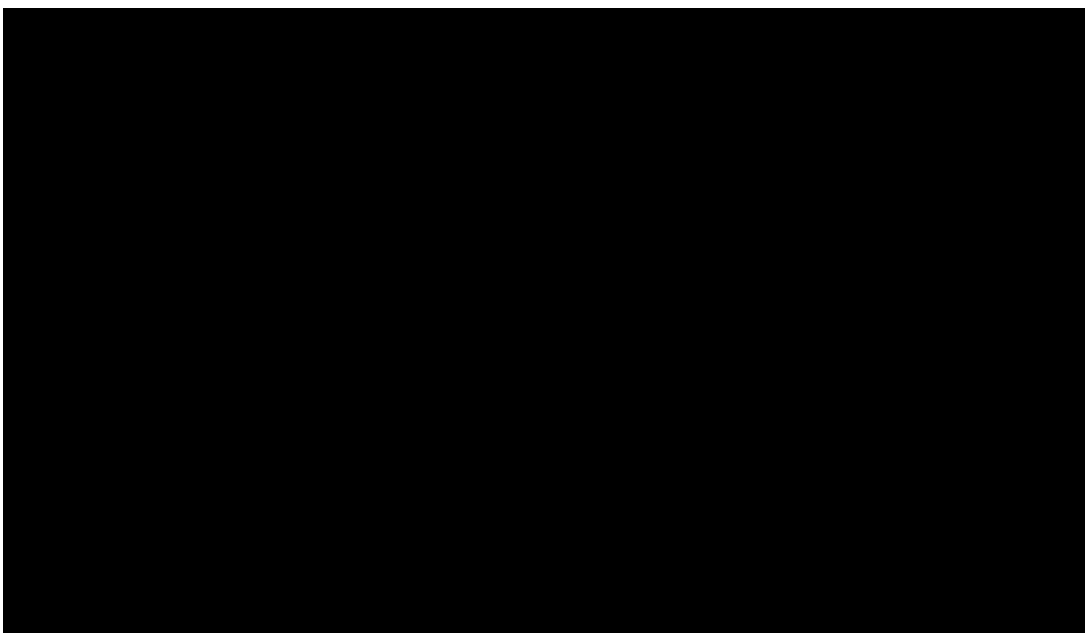


## 17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS



## 18. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

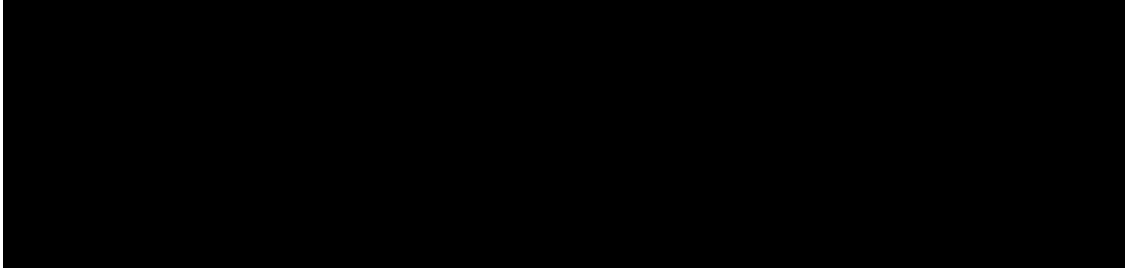
Os custos incorridos com a prestação de serviços de água e esgoto podem ser assim demonstrados:





**19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

As despesas gerais e administrativas estão demonstradas como segue:

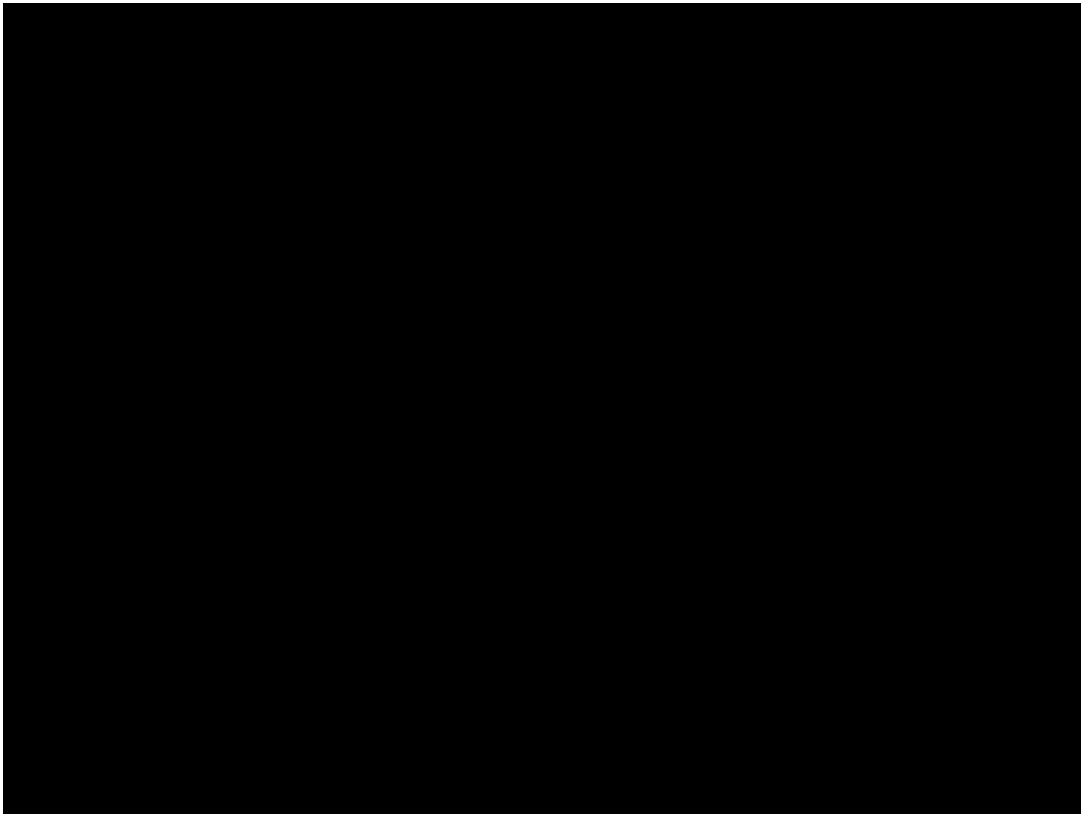


As despesas com perdas no recebimento de tarifas são registradas pelo critério fiscal, conforme artigo 9º da Lei número 9.430, de 27/12/96.

**20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**a) Imposto de renda do exercício**

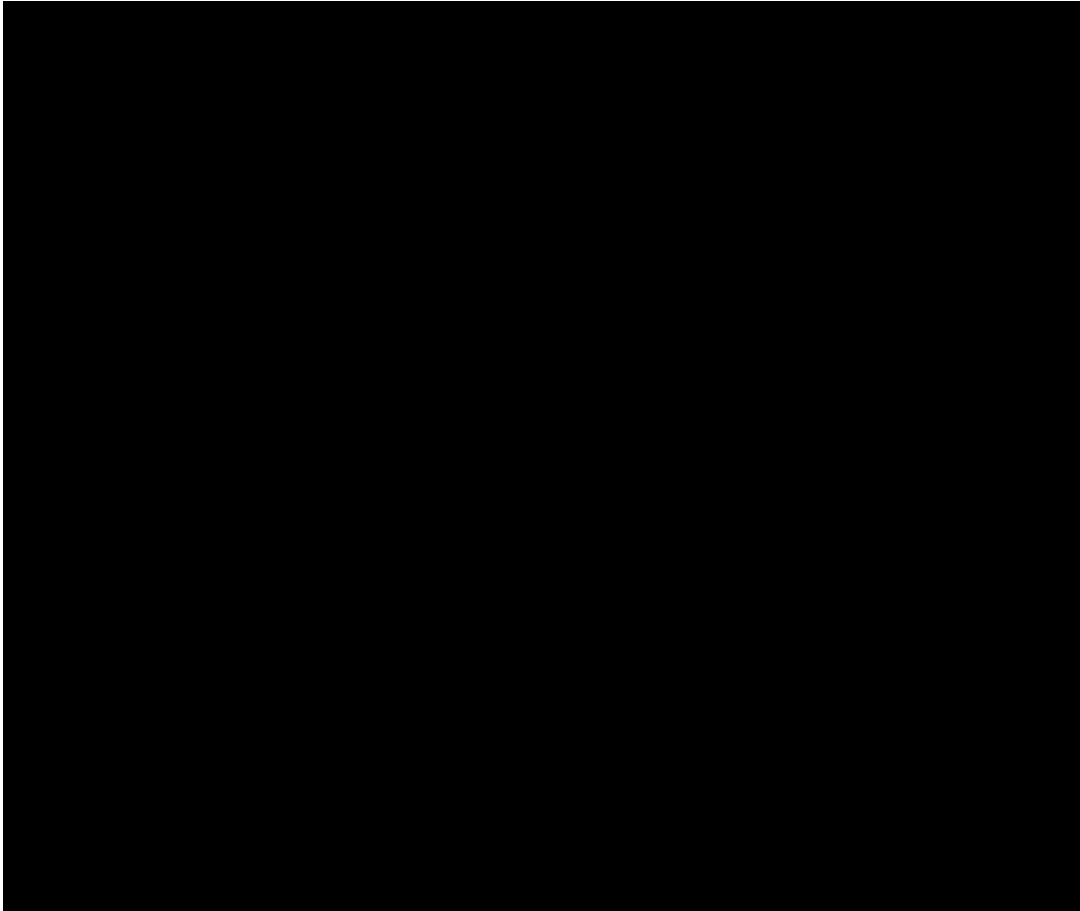
O valor registrado como despesa de imposto de renda nas demonstrações contábeis está calculado conforme demonstrado a seguir:





#### **b) Contribuição social do exercício**

O valor registrado como despesa de contribuição social nas demonstrações contábeis está calculado conforme demonstrado a seguir:



#### **21. SEGUROS**

A companhia mantém contratos de seguros para seus veículos, não incorrendo em coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multi-riscos para os demais ativos e responsabilidades.

Não ocorreram durante o exercício perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.



## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis de aplicações financeiras, contas a receber constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com terceiros ou, na ausência destes, quando comparados com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício, a CESAMA não realizou operações com derivativos.

### a) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

### b) Concentração de risco de crédito

As contas a receber são bastante pulverizadas e correspondem a um grande número de clientes. Portanto, não se concentram em alguns clientes, minimizando o risco de crédito em conjunto com os procedimentos de controle.

Os créditos de liquidação duvidosa estão cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização em montante julgado suficiente pela administração.

**André Borges de Souza**  
Diretor Presidente

**Carla Mendes Vidal Frota**  
Diretora Financeira e Administrativa

**Joaquim Tarcísio Guedes Tostes**  
Diretor Técnico Operacional

**Robson Dutra Ferreira**  
Contador CRC-MG 070057/O-0